



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 62/13

*“Denomina João Rodrigues Carvalheiros  
via pública que menciona e dá outras  
providências”*

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, Estado de São Paulo, DECRETA:

**Artigo 1º** - Passa a denominar-se *João Rodrigues Carvalheiros*, a atual Rua “B”, localizada no bairro “Califórnia I” e constante do mapa cadastral da cidade.

**Artigo 2º** - O setor competente da Municipalidade encarregar-se-á das providências necessárias ao efetivo cumprimento da presente Lei.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barrinha, 01 de agosto de 2013

*Luis Antônio Rodrigues Carvalheiros*  
*Vereador*



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA:

A propositura em questão tem como finalidade homenagear aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o progresso e desenvolvimento deste Município. O Sr. **João Rodrigues Carvalheiros**, morador antigo desta cidade, durante sua existência granjeou o respeito e a admiração de todos, mercê do seu trato com as pessoas. Pessoa honesta e trabalhadora constituiu família em nossa cidade e diante do exposto, julgamos por bem, homenageá-lo, dando seu nome a uma das vias públicas constante da malha viária deste Município.



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## Parecer da Comissão de Justiça e Redação.

Ref. Projeto de Lei nº62 -13 – “Dispõe sobre denominação de via pública e dá providências correlatas”.

Autor: Luiz Antônio Rodrigues Carvalheiros

Sobre projeto de lei supra referenciado, de autoria do nobre Vereador : Luiz Antônio Rodrigues Carvalheiros submetido à análise com parecer da assessoria jurídica, esta Comissão Permanente indicada na forma regimental concluiu que não há nada a opor quanto aos aspectos regimentais, da constitucionalidade, da legalidade e do mérito da matéria em estudo.

Ressalte-se que a propositura ora em exame é de natureza legislativa, iniciativa concorrente, fundamentando-se a competência na Lei Orgânica Municipal e nas disposições prescritas no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Isso posto, com a aquiescência dos demais componentes, esta Comissão abaixo elencada emite parecer favorável à presente proposição, julgando-a apta a ser apreciada pelo Plenário desta Edilidade.

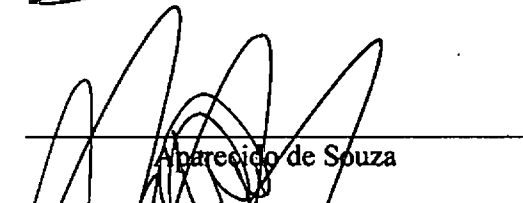
É o parecer, SMJ.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2011

## Comissão de Justiça e Redação



Václav Gomes da Fonseca



Aparecido de Souza



Luiz Antônio Rodrigues Carvalheiros



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 62/13

*"Denomina João Rodrigues Carvalheiros  
via pública que menciona e dá outras  
providências"*

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, ESTADO DE SÃO PAULO, aprovou  
e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

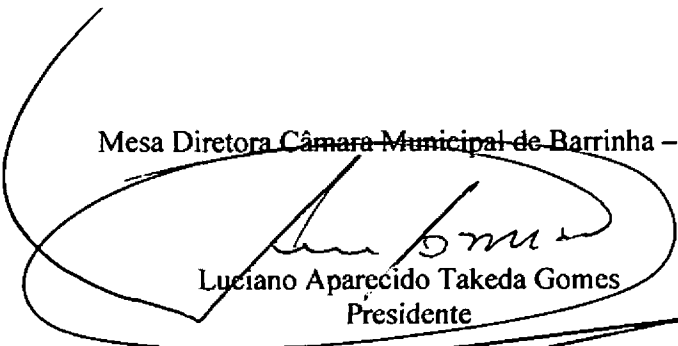
**Artigo 1º** - Passa a denominar-se *João Rodrigues Carvalheiros*, a atual Rua "B", localizada  
no bairro "Califórnia I" e constante do mapa cadastral da cidade.

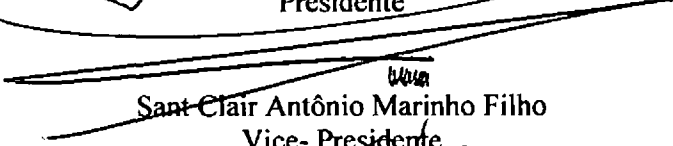
**Artigo 2º** - O setor competente da Municipalidade encarregar-se-á das providências  
necessárias ao efetivo cumprimento da presente Lei.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas  
próprias do orçamento vigente.

**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições  
em contrário.

Mesa Diretora Câmara Municipal de Barrinha - SP.

  
Luciano Aparecido Takeda Gomes  
Presidente

  
Sant Clair Antônio Marinho Filho  
Vice- Presidente

  
Magnus William de Castro  
1º Secretário

  
Ronaldo da Silva Alves  
2º Secretário



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO - Projeto de lei 62/2013

De autoria do vereador Luis Antonio Rodrigues Carvalheiros, dispõe sobre a propositura em referência, ***Denomina João Rodrigues Carvalheiros via pública que menciona e dá outras providências.***

Projeto proposto em conformidade com o artigo 144, parágrafo único, inciso I do Regimento Interno desta Casa em consonância com o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, com competência dada ao vereador para iniciativa, portanto, inexistente óbice jurídico ao presente projeto de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Barrinha-SP, 05 de agosto de 2013.

Raul César Binhardi  
OAB/SP 243.578  
advogado



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

## LEI Nº 2.220 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013.

*“Denomina João Rodrigues Carvalheiros  
via pública que menciona e dá outras  
providências”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRINHA**, do estado de São Paulo, **MITUO TAKAHASI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, etc.

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA** aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Passa a denominar-se *João Rodrigues Carvalheiros*, a atual Rua “B”, localizada no bairro “Califórnia I” e constante do mapa cadastral da cidade.

**Art. 2º** - O setor competente da Municipalidade encarregar-se-á das providências necessárias ao efetivo cumprimento da presente Lei.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA

Barrinha - SP, aos 06 de Setembro de 2013.

  
**MITUO TAKAHASI**  
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e afixado, na Secretaria da Prefeitura Municipal de Barrinha na data supra.



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (16) 3943-9400 Fax (16) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Ofício n. 41/ 2013.

Barrinha/SP., 13 de Agosto de 2013.

A Sua Excelência

Dr. LUCIANO APARECIDO TAKEDA GOMES

Presidente da Câmara Municipal de

Barrinha (SP).

*Recb*  
*13/08/13*  
*[Signature]*  
Câmara Municipal de Barrinha-SP  
Silvio Luis Heck  
Diretor de Departamento Contábil e Financeiro

Assunto: Projeto de Lei

Adequação da Lei Municipal n. 1589/99 a Lei federal n. 12696/12

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Submeto à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei objetivando alterar a Lei Municipal nº 1589 de 16 de Abril de 1999 que dispõe sobre a Política Municipal na área da Infância e Juventude, de modo a adequá-la em vista das recentes modificações introduzidas pela Lei Federal n. 12.696/2012.

Esse novel diploma, faz constar expressamente que:

- 1) O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha;
- 2) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano (04.10.2015) subsequente ao da eleição presidencial;

*[Signature]*



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (16) 3943-9400 Fax (16) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

- 3) A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano (2016) subsequente ao processo de escolha;
- 4) A remuneração mensal do Conselheiro Tutelar, sendo-lhe assegurado o direito a: cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina, fixação da remuneração.
- 5) Alteração da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2013, com a criação do Fundo Municipal da Infância e da Juventude, bem como a inserção de dotação orçamentária específica e suficiente destinada:
  - a) Ao funcionamento do Conselho Tutelar e formação continuada dos Conselheiros;
  - b) À efetivação dos seguintes direitos assegurados aos Conselheiros Tutelares;
  - c) À assegurar as obrigações constantes na presente recomendação nos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais referentes aos exercícios financeiros subsequentes ao de 2013.

Por todo o exposto e por considerar que a presente proposição é um importante instrumento para promover as adequações necessárias ao cumprimento dos ditames constitucionais de proteção à criança e ao adolescente estabelecidos pelo Estatuto Federal, solicito aos Ilustres Edis a sua aprovação.

Reitero os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

  
MITUO TAKAHASI  
- Prefeito Municipal -